UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

HENRIQUE CASTRO DA SILVA

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32:
principais motivações da Frente Única Paulista

ARARAQUARA
2015

HENRIQUE CASTRO DA SILVA

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32:
principais motivações da Frente Única Paulista

Monografia apresentada à Graduação do Curso de Ciências Sociais (UNESP, FCL de Araraquara, Departamento de Antropologia, Ciências e Filosofia). Sob a orientação do professor Carlos Henrique Gileno

ARARAQUARA
2015
HENRIQUE CASTRO DA SILVA

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 32:
principais motivações da Frente Única Paulista

Monografia apresentada à Graduação do Curso de Ciências Sociais (UNESP, FCL de Araraquara, Departamento de Antropologia, Ciências e Filosofia) sob orientação do Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno.

Aprovada em ___/____/____

Banca examinadora

_____
Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

_____
Prod. Dra. Luciléia Aparecida Colombo

_____
Prof. Dr. Marcelo Santos

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado saúde e disposição para enfrentar as dificuldades e persistir sempre em busca do sucesso.

Agradeço aos meus pais, por terem acreditado em mim, me apoiado mesmo nos momentos de fraqueza e por terem me incentivado sempre, dando suporte financeiro e emocional para que este sonho fosse possível.

Agradeço aos professores do curso, que durante esses anos contribuíram não somente para meu aprendizado, como também para a minha formação como indivíduo.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o Movimento Constitucionalista de 1932, procurando compreender, mais especificamente, o fim político pretendido pela Frente Única Paulista, união dos partidos políticos paulistas (Partido Republicano Paulista e Partido Democrático). A investigação é motivada pela necessidade de se entender qual era o projeto político da FUP com o movimento e as motivações existentes para que essa união fosse articulada. A compreensão das razões dos constitucionalistas de 32 é pertinente para o entendimento do histórico da revolução, de sua origem ao seu desfecho. Com base no levantamento bibliográfico e sua análise histórica, demonstraremos que a Frente Única, no advento da Revolução Constitucionalista de 1932, teve como principal propósito retomar o controle político do Estado de São Paulo perdido com a revolução de 1930. Mais do que a propalada preocupação com a implementação de uma nova Constituição para a nação, as lideranças da FUP pretendiam a retomada do poder perdido com o movimento de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Sob a bandeira da luta por uma nova constituição e a expectativa de mudança de um estado totalitário e centralizador imposto por Vargas por um mais autônomo, a causa dos paulistas arregimentou simpatia e apoio da comunidade, cujo histórico social sempre abrigou ideias separatistas, mesmo que tais ideias nunca tenham sido levadas às últimas consequências..

PALAVRAS-CHAVE: Revolução Constitucionalista de 32. Frente Única Paulista. Era Vargas.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Constitutionalist Movement in 1932, trying to understand, more specifically, the political end sought by the "Front Unique Paulista", on a literal translation, union of the political parties of São Paulo (Republican Party Paulista and Democratic Party). The research is motivated by the need to understand the political project of FUP with the movement and the existing motivations why it was articulated. The comprehension of the constitutionalists' reasons is relevant to understanding the history of the revolution, from its origin to its outcome. Based on literature and its historical analysis, the paper will demonstrate that the Front, with the advent of the Constitutionalist Revolution of 1932, had as its main purpose regain political control of the state of São Paulo lost with the revolution of 1930. More than the vaunted concern with the implementation of a new constitution for the nation, the FUP leaders had intended to retrieve the lost power with the movement of 30 and the rise of Getulio Vargas to power. Under a banner to fight for a new constitution and the expected change from a totalitarian and centralized state imposed by Vargas for a more autonomous state, the cause of São Paulo enticed sympathy and support from the community, whose social history always harbored separatist ideas, even that they have never been carried out to its ultimate consequences.

KEY-WORDS: Constitutionalist Revolution of 32. Front Unique Paulista. Vargas period.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

PRP – PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
PD – PARTIDO DEMOCRÁTICO
PC – PARTIDO CONSTITUCIONALISTA
FUP – FRENTE ÚNICA PAULISTA
PRM - PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO
PRC - PARTIDO REPUBLICANO CONSERVADOR
PDN - PARTIDO DEMOCRÁTICO NACIONAL

Sumário

INTRODUÇÃO 8

1 Contexto histórico 10

1.1 A Primeira República 10

1.2 O Golpe de Estado em 1930 12

1.3 O governo provisório (1930-1934) 14

2 Os Partidos Políticos Paulistas 17

2.1 O Partido Republicano Paulista 17

2.2 O Partido Democrático 21

3 A Revolução Constitucionalista de 32 24

3.1 A Frente Única Paulista (FUP) 24

3.1 O Desenrolar da Revolução 26

3.3 O Pós-Guerra 31

CONCLUSÃO 33

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 35

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca, por meio de levantamento bibliográfico, esclarecer os motivos da Frente Única Paulista (FUP) para a organização do movimento que culminou na revolução de 32. Para isso, estudaremos o histórico da república brasileira, a composição das oligarquias paulistas e os partidos existentes no Estado.

O ano de 1932, no Estado de São Paulo, foi marcado por um grande movimento de oposição ao governo federal, então comandado pelo gaúcho Getúlio Vargas. Esse movimento acarretou o que hoje conhecemos como a Revolução Constitucionalista de 32, considerada por muitos, um dos movimentos mais importantes da história da república brasileira e a maior revolução militar do país.

Nos bancos escolares, principalmente os do estado paulista, estudamos e vimos essa revolução sob a ótica da visão liberal paulista, que reforça a argumentação de que o movimento foi uma autêntica luta contra a ditadura em nome do direito, da prosperidade e da Constituição. Essa ótica enaltece os organizadores da Revolução de 32, como heróis que buscavam melhorias de condições de vida para os paulistas e os brasileiros.

No entanto, existe ainda outra ótica, que via a revolução como um movimento que pretendia, única e exclusivamente, a retomada do poder pelos paulistas, a reorganização da 'República do café com leite' e a restauração da mentalidade oligárquica da República Velha.

A elucidação do tema está dividida em três capítulos:

O primeiro capítulo busca esclarecer sobre os antecedentes históricos da Revolução de 32, partindo da análise de como o país reagiu à Proclamação da República em 1889. Veremos que a elite oligárquica paulista, em conjunto com a mineira, dominou o cenário político nacional durante a República Velha, compreendida entre os anos de 1889 e 1930. No período, uma alternância de poder entre os republicanos paulistas e mineiros, culminou na ascensão de ambos os Estados, principalmente o de São Paulo, como os mais importantes do país, tanto no âmbito econômico, quanto no político e social.

O desenvolvimento dos grandes centros durante a República Velha fez surgir novas classes sociais, como a burguesia e o proletariado. Veremos que a política dominante nos anos 20 acaba por gerar revolta em parte da população, que se une contra as oligarquias paulistas que controlam o cenário político e elevam ao poder o gaúcho Getúlio Vargas, por meio de um Golpe de Estado. Por fim, ainda no primeiro capítulo, construiremos um

panorama de como foi o Governo Provisório do então empossado Getúlio Vargas e as medidas que desagradaram às elites paulistas que antes controlavam o poder.

No capítulo dois, estudaremos a história dos dois partidos que formaram a Frente Única Paulista que deu origem à guerra. Veremos como o PRP se articulou nos últimos anos da monarquia e ascendeu ao poder com a Proclamação da República em 1889. Observaremos que durante a República Velha, o partido exercia controle do governo federal alternando-se com o Partido Republicano Mineiro (PRM) por meio de intimidações e eleições, por muitas vezes fraudulentas. Também analisaremos a história do Partido Democrático (PD) e sua rivalidade com o PRP que culminou no apoio do partido à Aliança Liberal na Revolução de 30.

O terceiro capítulo trata especificamente da Revolução Constitucionalista de 32 e é dividido em três partes:

Na primeira parte vemos as motivações do PD e PRP para formarem a FUP (Frente Única Paulista) e perceberemos que a frustração do Partido Democrático com o governo getulista e a perda de influência do Partido Republicano Paulista frente à república, culminaram em interesses comuns que adivinham - além da vontade da promulgação de uma Constituição que dessa autonomia ao Estado - a retomada do poder pela Elite Paulista, subjugada duramente por Vargas e seus militares.

A segunda parte mostra como foi o levante armado em 32: os organizadores, os pressupostos, a intensa campanha pelo Estado que arregimentou simpatia e adesão dos paulistas, o envolvimento dos industriais e da burguesia autônoma, o apoio da imprensa, a campanha de arrecadação para os custeios da guerra e as expectativas da população com o movimento que durou aproximadamente três meses.

A terceira parte mostra como ficou a situação política no Estado após o fim da guerra e a derrota paulista. Apesar de vencidos em pouco tempo pelas forças getulistas, de certa forma, os paulistas conquistaram seu intento com a promulgação de uma nova constituição em 1933, a indicação de membros dos seus quadros para o governo paulista e a manutenção do favorecimento do governo à economia paulista.

Por fim, na conclusão, abordaremos nossas impressões sobre a motivação da Frente Única Paulista com o levante militar que defendia a recuperação do status de importância de São Paulo frente à nação, espaço esse, perdido pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930.

1 Contexto histórico

1.1 A Primeira República

A Revolução Constitucionalista de 32 foi um dos movimentos mais importantes da história da república brasileira. O movimento, liderado pelos paulistas, foi decorrente da insatisfação da população com o governo federal comandado por Getúlio Vargas. No entanto, para entendermos as motivações dessa revolução é preciso retomar brevemente a história da república brasileira.

A fase oligárquica da Primeira República[1] foi um período da história em que o controle político sobre o governo federal vinha principalmente das oligarquias paulista (cultivadores de café) e mineira (produtores de leite). É dessa influência política que vem o termo 'república do café com leite'. Ela foi marcada por uma alternância de poder entre as duas oligarquias dominantes da economia nacional.

> A consolidação da República liberal-oligárquica foi completada com a sucessão de Prudente por outro paulista, Campos Sales (1898-1902). O movimento jacobino esfacelou-se depois de alguns de seus membros terem se envolvido em uma tentativa de assassinar Prudente de Moraes. Os militares voltaram em sua maioria para os quartéis. (FAUSTO, 2001, p.146).

A eleição de Campos Sales e dos presidentes que o seguiram sucessivamente representou o triunfo da elite política dos grandes Estados, liderados principalmente por São Paulo. A forte influência dos Estados na política nacional impedia que houvesse uma representatividade do país como um todo, privilegiando as regiões com poder em detrimentos daquelas sem influência política.

> A República concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu, no plano da política, na formação dos partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os

[1] Termo utilizado para definir o primeiro período da república brasileira entre 1889 a 1930. Também chamada de República Velha, ela pode ser dividida em duas fases: a fase militar e a fase oligárquica.

> partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam acordos para a indicação de candidatos à Presidência da República. (FAUSTO, 2001, p.148).

Na prática, esse poder sob o cenário político nacional significava que somente as regiões com maior influência se alternavam no poder, gozando assim de privilégios. Fausto (2001, p.148) afirma que "A oligarquia paulista soube organizar o Estado de São Paulo com eficiência, tendo em vista os interesses mais gerais da classe dominante".

Essa união entre São Paulo e Minas Gerais foi fundamental na história da República Velha, mas, com o tempo, começaram a surgir divergências. No início da década de vinte, este sistema apresentaria sinais de esgotamento com a eclosão de graves conflitos no interior das oligarquias. A insatisfação dos demais Estados e as distorções do federalismo começam a influenciar os rumos da história. Um importante elemento do conflito contra o sistema dominante foi o chamado tenentismo[2].

O movimento tenentista teve sua origem na década de 20, mais precisamente em 1922, e foi defendido por amplos setores da sociedade principalmente das camadas médias. Um dos principais objetivos desse movimento era a derrubada do governo de Arthur Bernardes[3] que, para os tenentistas, era um representante das oligarquias dominantes. Além disso, a forte crise política, social, econômica, ideológica e cultural por qual passava o Brasil, contribuía para todo o desmantelamento da estrutura oligárquica da República Velha.

Mesmo tendo conseguido se instalar na capital paulista, os tenentes abandonaram a cidade e migraram para o interior do estado onde também eclodiam revoltas. Em seguida, eles se fixaram no oeste do Paraná a espera dos tenentes vindos do sul do país, onde revoltas contra o sistema eram lideradas por João Alberto e Luís Carlos Prestes.

Em abril de 1925, as duas forças uniram-se originando a Coluna Prestes. Com cerca de 1500 homens, a Coluna percorreu aproximadamente 25 mil quilômetros e atravessou 13 estados brasileiros para propagar a revolução e levantar a população contra as oligarquias.

> O objetivo principal da Coluna Prestes, decidido na reunião de 12 de abril de 1925, era o de percorrer todo o interior do Brasil para propagar o ideal exploratório e conscientizar a população rural,

[2] O movimento recebeu esse nome porque a maioria dos militares envolvida na revolta possuía a patente de tenente, mas o movimento também era composto por cabos, soldados, capitães e até mesmo alguns poucos coronéis e generais.
[3] 12º Presidente do Brasil (1922-1926), pertencente ao PRP mineiro.

> fazendo-a sublevar-se contra o domínio exploratório exercido pelas elites ‘vegetais’. Os revolucionários tinham também a esperança de despertar para si a atenção do governo – o que, supostamente, facilitaria o surgimento de novas revoltas nos centros urbanos. (BUENO, 2005, p.302).

Depois de uma travessia complicada do Pantanal, parte da coluna chega ao Paraguai e outra ruma para a Bolívia, dando fim ao movimento que teve poucos resultados práticos, a não ser o surgimento de uma ideia de que a República poderia ser diferente. Com o fim da Coluna, estava eliminado o último foco de contestação do regime e parecia que a recomposição do pacto oligárquico passaria por certa estabilidade. No entanto, essa estabilidade durou pouco e, no final da década, uma nova cisão intraoligárquica se manifestaria fortemente fazendo eclodir a Revolução de 30.

Em 1929, iniciou-se um novo processo de sucessão presidencial. Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política até então seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, por meio do presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes nos estados.

1.2 O Golpe de Estado em 1930

As demandas que culminaram na Revolução de 1930 possuem suas origens nas transformações da sociedade brasileira no início do século 20. Entre essas transformações destaca-se a expansão do modelo capitalista no Brasil, que urbanizou os grandes centros e criou novas classes sociais. Essas classes passaram a desenvolver certa força política, pelo menos de pressão em defesa de seus interesses.

> Em consequência desse processo, a sociedade brasileira assistia ao surgimento de um setor urbano diferenciado, marcado pela presença de uma pequena burguesia industrial e pelo crescimento das classes médias e operária. (GARCIA, 1999, p.35)

O crescimento desse grupo formado pela classe operária, a nova burguesia e parte pelos trabalhadores rurais que estavam totalmente à margem do sistema político-econômico, culminou em um movimento contra a oligarquia cafeeira organizada por diversas facções e com grande participação das oligarquias de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

Com o início da industrialização e a crise de 29, que atingiu a economia cafeeira, o sistema político da República Velha entrou em colapso, proporcionando à elite brasileira a oportunidade de derrubar os fazendeiros paulistas que estavam no poder.

A eleição de 1930 foi marcada pelo confronto político entre Minas Gerais e São Paulo. Isso porque, durante a República Velha, ambos os Estados indicavam alternadamente o candidato à presidência. No entanto, embora fosse 'a vez' de Minas Gerais, o paulista Júlio Prestes foi indicado para substituir Washington Luiz, gerando revolta nos mineiros, que uniram forças com os estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba para apoiar a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas, formando assim a Aliança Liberal[4].

> O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café. (FAUSTO, 2001, p.178).

A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No final desse ano, já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado.

> A defesa permanente gerara a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Em consequência, as plantações se excederam no Estado de São Paulo. Muita gente tomou empréstimos a juros elevados para plantar café. A crise provocou a queda brusca dos preços internacionais. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda de preços para a ampliação do volume de vendas. (FAUSTO, 2001, p. 178-179).

As eleições se realizaram em março de 1930 e a vitória coube a Júlio Prestes, que recebeu cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. Passadas as

[4] Nome dado à Coligação política formada, em 1929, por políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que lançaram a candidatura de Getúlio Vargas em oposição à de Julio Prestes.

eleições, setores da Aliança Liberal, não conformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista que, embora derrotados, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e seu prestígio.

A ala mais radical da Aliança Liberal usou o assassinato de João Pessoa[5], em julho de 1930, como desculpa para a ação. Fausto (2001, p.180) aponta que a morte de João Pessoa "[...] foi explorada politicamente". O crime não teve motivos políticos, mas foi usado como tal, e seu impacto emocional deu novo ânimo aos oposicionistas derrotados. Cresceu o apoio popular e os preparativos do golpe foram levados adiante e com rapidez, pois se aproximava o momento da posse de Júlio Prestes. A revolta culmina no Golpe de Estado que coloca Vargas no poder em novembro de 1930. O golpe destituiu o então presidente, Washington Luiz, e impediu que o presidente eleito, Júlio Prestes, assumisse o poder. Com a posse de Getúlio Vargas pelas armas, chega ao fim a Primeira República brasileira.

1.3 O governo provisório (1930-1934)

O governo provisório instituído em 1930 dava poderes quase ilimitados ao presidente. Pandolfi (2003, p.1) aponta que "[...] o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou a governar através de decretos-leis".

Em um cenário marcado por uma produção agrícola com escassez de mercado de consumo, a ruína dos fazendeiros e o desemprego nos grandes centros urbanos, o governo provisório procurava se firmar como meio para sair da crise. Segundo Fausto (2001), uma das bases de apoio mais importante encontrada pelo novo governo foi a Igreja Católica. A relação entre Estado e Igreja tornou-se mais estreita, tendo como marco simbólico a instalação do Cristo Redentor, no morro do Corcovado no Rio de Janeiro em 1931. "A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo" (FAUSTO, 2001, p.186).

No entanto, segundo Pandolfi (2003), logo começaram os conflitos entre os grupos que haviam participado da Aliança Liberal.

> Uma das principais divergências foi sobre a duração do Governo Provisório. Enquanto alguns desejavam e exigiam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas

[5] Candidato à vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas em 1930.

> sociais. Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 30 ainda não havia conseguido desmantelar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizados na sociedade brasileira. (PANDOLFI, 2003, p.2).

O Governo Provisório tinha medidas centralizadoras. A dissolução do Congresso Nacional permitiu que Vargas assumisse o poder em âmbito, federal, estadual e municipal. Fausto (2001, p.186) relata que "Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais".

Nada desagradou mais aos paulistas do que a nomeação de interventores no Estado, que davam ao governo federal de Vargas poderes autoritários e centralizadores. Ao contrário da expectativa do Partido Democrático, que esperava a nomeação de um civil para o cargo em São Paulo, Vargas nomeia o tenente João Alberto Lins de Barros. Essa foi uma medida necessária, uma vez que os militares foram os principais apoiadores da revolução de 30.

> A Era Vargas caracterizou-se pela forte presença dos militares na política. Com Vargas, os militares ganharam uma notoriedade inédita e tornaram-se parceiros políticos de todas as horas. O Exército, que apoiou Vargas em 1930, acabou ganhando espaços cada vez maiores na administração das coisas públicas, e seu poder intervencionista transformou-se em uma ameaça constante à democracia brasileira. (D'ARAÚJO, 1997 p.23).

Percebia-se que o novo regime queria manter uma vigilância sobre o estado natal de Júlio Prestes - o presidente deposto pela revolução. O período que se seguiu foi de grande instabilidade política: em apenas dois anos São Paulo teve nada menos do que cinco interventores diferentes. São Paulo, o estado mais importante da federação em termos econômicos e políticos, passa a ter interventores de pouco prestígio político entre a elite paulista.

Esses acontecimentos desagradaram profundamente os paulistas. João Alberto coloca seus colegas, tenentes de outros Estados, em cargos importantes do funcionalismo, abusando do poder e constrangendo pequenos comerciantes com atitudes como ir a uma barbearia e não pagar pelo serviço por ser do governo. Os nomeados por João Alberto costumeiramente almoçavam em restaurantes nobres e depois penduravam a conta em nome

da revolução de 1930. Getúlio Vargas seguia governando por decretos, sem casas legislativas e sem uma constituição.

Para o comando da 2ª Região Militar de São Paulo foi designado o general Isidoro Dias Lopes, e para o comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, então denominada "Força Pública", foi nomeado o major Miguel Costa. Ambos tinham tentado derrubar o governo paulista na Revolução de 1924[6]. Isidoro Dias Lopes, porém, passaria para o lado dos paulistas para ser um dos comandantes da Revolução de 1932. Era especialmente humilhante para São Paulo a nomeação do major Miguel para a Força Pública, pois ele havia sido expulso da Força Pública por tentar derrubar o governo paulista na Revolução de 1924.

Com essas medidas, o Partido Democrático, área dissidente paulista que havia apoiado a Aliança Liberal, se viu traído pela Aliança Liberal, pois o governo estadual que lhe fora prometido ficou apenas na promessa. Além disso, a criação do Código dos Interventores irrita em demasia o PD paulista.

> Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficavam proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal, gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar, dotar as policias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército. (FAUSTO, 2001, p.186).

O poder de centralização do Governo Provisório não se limitava ao campo político. Também no campo econômico e social, as medidas intervencionistas geraram várias mudanças. No entanto, conforme essas medidas eram implantadas, mais a revolta contra o governo provisório crescia. Para os tenentes que defenderam o golpe de estado, a principal ameaça contra o novo regime vinha dos políticos que participaram do golpe, mas não aderiram completamente ao que eles chamavam de 'espírito da revolução'. Segundo Pandolfi (2003, p.3) "[...] entre 1930 e 1934, ocorreram cerca de 50 movimentos militares, incluindo aí revoltas, protestos, conspirações e agitações variadas [...]".

[6] Foi a segunda revolta tenentista e um dos maiores conflitos bélico da cidade de São Paulo. Começou em 5 de julho e terminou em 28 de julho de 1924. Foi motivada pelo descontentamento dos militares com a crise econômica e a concentração de poder nas mãos de políticos paulistas e mineiros.

2 Os Partidos Políticos Paulistas

2.1 O Partido Republicano Paulista

A Proclamação da República, em 1889, impôs ao Brasil um regime presidencialista e federalista, com a ampliação do regime representativo. Porém, como o voto era permitido apenas a alfabetizados, a grande maioria da população ficava excluída do pleito, uma vez que a maior parte dos brasileiros vivia nos campos e era analfabeta. Dessa maneira, apenas as elites dominantes exerciam real influência política na nação. A maior mudança do sistema criado em 1889 foi o federalismo, pois a autonomia estatal era muito diferente da centralização da monarquia. O presidencialismo se tornou viável no novo cenário pela 'política dos governadores'.

O Partido Republicano Paulista (PRP) foi um partido político brasileiro fundado em 18 de abril de 1873, durante a Convenção de Itu[7]. Foi o primeiro movimento republicano moderno no Brasil. Seus adeptos eram chamados de perrepistas. O PRP foi o partido político predominante no estado de São Paulo durante toda a República Velha. Seus quadros compunham-se de profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros, farmacêuticos, etc.), as chamadas classes liberais, e, sobretudo, de importantes proprietários rurais paulistas: os cafeicultores. Quase toda a cúpula do PRP, na época se dizia "próceres", eram membros da maçonaria.

A origem dos ideais que levaram a criação do PRP remonta aos anos de 1870, após a guerra do Paraguai. A crise do açúcar no período enfraqueceu a economia brasileira, migrando o poderio econômico da região nordeste para a região sudeste que prosperava devido à alta cotação do café no mercado internacional. Assim, através da riqueza, a influência paulista começava a crescer no território político do país. Não demorou muito, para a elite paulista perceber que para se mudar efetivamente o país e promover a prosperidade era necessário mais do que a abolição da escravatura, como também uma mudança drástica de regime. Dessa maneira, a fundação do Partido Republicano Paulista teve como propósito repensar a sociedade com o objetivo de alavancar a prosperidade econômica.

A criação do PRP foi marcada pela assinatura de um manifesto que contou com a participação de 78 fazendeiros. O símbolo escolhido para o partido foi o jequitibá e os três

[7] A cidade de Itu era na época um dos grandes centros cafeeiros da província de São Paulo.

principais propósitos citados no manifesto de criação foram: a autonomia das províncias, a rechaça a um possível terceiro reinado e a emancipação definitiva dos escravos.

> Esses representantes da burguesia que cresciam de importância na segunda metade do século XIX, teriam pelo seu espírito liberal e progressista se oposto à tradicional e conservadora aristocracia rural, baluarte das ideias monárquicas e estáveis. Aqueles seriam abolicionistas e republicanos, estes, escravocratas e monarquistas. (NOGUEIRA, 1954, p.391).

Enquanto a população era marginalizada, os governos estaduais ficaram a cargo das elites proprietárias, que pretendiam manter a representação política. Dentre as oligarquias que comandavam os estados, a hegemonia ficou a cargo da burguesia cafeeira paulista e dos latifundiários mineiros.

Desde o fim da monarquia, São Paulo já se destacava como Estado de grande progresso, com um notório desenvolvimento material. Já em 1887 havia um movimento separatista pelos republicanos paulistas, que tinha em Alberto Salles um grande defensor, pois com o desenvolvimento do estado, parecia inconcebível ficar sufocado pelo centralismo monárquico. A base do movimento separatista era o desenvolvimento material, onde se destacava o cultivo do café e o surto ferroviário, que trazia expansão geográfica, crescimento industrial e grande movimento financeiro. A monarquia nada mais era do que um impedimento ao progresso.

Assim, o PRP começa a articular, mesmo que sem grande alarde, um movimento que intenta o fim da monarquia e até mesmo uma separação de São Paulo do resto do país. Casalechi (1987) aponta que, na história, todos os movimentos contrários à monarquia eram republicanos, por isso, os ideais eram variados e datados de longa data.

> O século XIX vê o movimento se organizar através de um partido, cujo manifesto é de 1870. A proposta básica: a queda da Monarquia. Qualificava-a o manifesto como portadora de muitos defeitos e responsável por quase todos os males que afligiam a sociedade da época. O remédio estaria na República, quando a democracia romperia o cerco da restrita participação que a política monárquica impunha. (CASALECCHI, 1987, p.34).

Durante o segundo reinado, o PRP através de seu manifesto, criticava a monarquia e as mazelas que a má administração e os privilégios da corte causavam à sociedade brasileira. As lideranças do partido foram moldando o mesmo e no decorrer dos anos se aproximando cada vez mais da revolução para a república.

> O PRP vinha para isso; o seu republicanismo seria a única possibilidade de provocar o colapso da Monarquia – hidra avassaladora da província; a organização partidária revitalizaria e espalharia o espírito associativo; a senda evolucionista circunscreveriam a sua ação à vanguarda da sociedade representada pelos lavradores proprietários de terras e capitais prejudicados pelo regime bragantino. (CASALECCHI, 1987, p.34).

A Proclamação da República foi conquistada em 1889 por militares, elevando Marechal Deodoro ao cargo de primeiro presidente do Brasil, seguido de Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro[8]. No entanto, foi do PRP o primeiro presidente civil brasileiro: Prudente de Moraes. De fato, além dos militares, o PRP era a força mais representativa na consolidação na república. Vale destacar que o PRP, realizava ações que visavam preservar a autonomia do Estado e ampliar a adesão ao regime republicano. Foi desse partido que saiu vários presidentes da República Velha além de Prudente de Moraes, tais como Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luís.

Verdade é, que durante os 41 anos da República Velha, a política foi a mesma: se mudavam os presidentes (alternando entre Minas e São Paulo), mas o objetivo era sempre o de defender a autonomia do café paulista e do leite mineiro, cuja produção excedente era comprada pelo governo. No caso do café, para se manter os preços no mercado internacional, queimava-se o que era produzido a mais. Pouco se fazia pelo povo e pouco se pensava no povo.

No entanto, apesar de sua hegemonia no poder, a história do partido também é marcada por disputas internas. Segundo Casalecchi (1987, p.101), "O Manifesto de 7 de setembro de 1901, publicado no *Estado de S.Paulo*, órgão que vai se colocar na defesa dos dissidentes, tornou pública a luta no interior do Partido Republicano Paulista".

A divisão dentro do partido era marcada por dois grupos: de um lado uma oligarquia ligada a Campos Salles que apoiava os governos paulista e federal. De outro, um grupo

[8] Floriano ficou conhecido como Marechal de Ferro por suas atitudes enérgicas, principalmente com relação ás rebeliões que enfrentou em seu mandato e sua maneira autoritária de conduzir o país.

ligado a Prudente de Moraes que lançava o Partido Republicano Paulista Dissidente e era contra a chamada política dos governadores[9] e pedia uma revisão da Constituição. Para combater o poderio do PRP, foi criada a Liga Republicana, que era uma aliança partidária de caráter temporário. O congresso de 1906 trouxe, de certa forma, a reorganização do partido.

> A Liga Republicana provocou a reação do PRP que convocou, para setembro de 1906, o seu Congresso, o mais concorrido desde o início da República. Ao PRP não era possível desconsiderar a ação dissidente. A resistência dos anos anteriores comprovava o seu vigor. Tal fortuna lastreava-se nos descontentamentos postos pela crise da lavoura, lugar privilegiado para o crescimento oposicionista. (CASALECCHI, 1987, pg.127).

Em 1909, São Paulo nega apoio ao candidato militar à presidência da república, com o intuito de inibir a candidatura de Hermes da Fonseca, e apoiada pelos diretórios municipais do PRP, lançam Rui Barbosa na convenção nacional do Partido Republicano. Era notória a desavença entre civilistas e hermistas. A vitória de Hermes da Fonseca faz o PRP se preocupar com a intervenção militar no estado. A preocupação era legitima, pois os hermistas pretendiam reformar a enfraquecida administração paulista. Esta ação resultou na criação, em 1910, do Partido Republicano Conservador, o PRC. Sua liderança buscava garantir espaço ao impor o domínio herminista na política paulista.

Os temores do PRP não foram em vão, e se concretizaram entre 1910 e 1911, onde incidentes procuraram argumentos sólidos para intervir em São Paulo. As disputas para a presidência de São Paulo causam alarde, pois o PRP acusa o PRC de ação intervencionista, que acaba com a garantia do presidente paulista, e com as negociações, o candidato conservador renuncia a candidatura. O Convênio de Taubaté favorece a unidade em favor do PRP, entretanto, até o fim da década, diversos incidentes abalam essa unidade, abalo que nos anos 20 viria a ocasionar uma crise constante.

No fim da década de 10, e início dos anos 20, começa a surgir uma nova leva de políticos republicanos. Nova apenas na idade, visto que nada mais eram do que a repetição da primeira. O passado republicano e seus ideais políticos tinham enorme influência nos

[9] Sistema político não oficial idealizado por Campos Salles que na prática consistia da não interferência do presidente nas questões estaduais em troca de apoio político ao executivo federal por parte dos governadores.

novos políticos. Estavam apegados ao continuísmo de ideias, ao invés de propor novos modelos e transformações.

Nesse aspecto, com a crise da lavoura cafeeira na década de 20, o partido passa novamente por uma crise, pois os cafeicultores consideravam as medidas do governo para combater a crise ineficiente. Prova disso foram os fatos observados nas eleições de 1922, quando, de acordo com Casalecchi (1987, p.159), apareceram [...] "candidaturas independentes para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal [...]" que indicavam [...] "a presença de um crescente eleitorado de oposição, discordante da tutela do PRP".

Na década de 20, o PRP enfrentou suas principais oposições como a Aliança Republicana, a ameaça da criação do Partido da Lavoura e o Partido Democrático. No final da década, em 1929, lança Julio Prestes como candidato à Presidência da República, contrariando os interesses dos mineiros, que rompem a tradicional aliança com São Paulo e passam a apoiar a Aliança Liberal. Como vimos anteriormente, Prestes é eleito para o cargo, mas impedido de tomar posse. Em 1937, o partido foi extinto, junto com os demais partidos, logo após a instalação do Estado Novo de Getúlio Vargas.

2.2 O Partido Democrático

Em 1926, setores descontentes da classe dominante paulista criaram o Partido Democrático de São Paulo. O PD se uniu a setores médios urbanos e também a parte da classe operária contra a oligarquia que detinha o poder e pertencia ao Partido Republicano Paulista. O PD foi criado como consequência de uma disputa em torno de postos no Instituto do Café. Era a ruptura na classe dominante.

O Partido Democrático reuniu elementos descontentes com o longo domínio do PRP nos governos do estado de São Paulo e da República. A ele pertencia diversos indivíduos da Faculdade de Direito e do jornal *O Estado de S.Paulo*, tais como Julio de Mesquita, Francisco Morato e Waldemar Ferreira. Seu primeiro presidente foi o conselheiro Antônio Prado, antigo político do Império, agricultor, banqueiro e industrial. Também participaram como principais líderes Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior, e entre seus membros predominavam fazendeiros e profissionais liberais.

> Já no manifesto-programa do PD defendiam-se os princípios liberais, consolidados na Constituição e a reforma da lei eleitoral (para garantir a lisura das eleições). Além disso, abordava-se a

> ‘questão social’, juntamente com propostas visando o desenvolvimento da lavoura, do comércio e da indústria. O partido elegeu deputados federais e estaduais, apesar das hostilidades do PRP. (MOREIRA, 1989, p.173-174).

Nos seus primeiros documentos, o PD fazia a defesa do voto secreto e da autonomia do Poder Judiciário. O conselheiro Antônio Prado declarava-se contrário a uma composição com as forças situacionistas de qualquer estado, e por isso o partido preferiu fazer contatos com a oposição gaúcha e com elementos dissidentes do Distrito Federal. Representantes dessas correntes chegaram a compor a comissão organizadora de um futuro Partido Democrático Nacional (PDN), que não chegou a ser criado.

O PD mostrava-se entusiasmado pelos feitos da Coluna Prestes (1925-1927) e não manifestava maiores expectativas com relação às disputas eleitorais. No entanto, as caravanas propostas pelo PD foram positivas, surpreendendo seu adversário. A campanha do PD surtiu efeito e o partido conquistou algumas cadeiras nas Câmaras estaduais e federais em 1928.

O adversário do PD, o PRP não via o partido como um grupo radical. Segundo aponta Cavalecchi (1987), os democratas buscavam o poder sem contar com a desordem ou revolução, mas pregavam que essa soberania aconteceria com o tempo.

> O Partido Democrático cresceu e se firmou na denúncia dos desmandos do PRP (arbítrio, injustiça e fraudes eleitorais, clientelismo desenfreado) [...] O Partido Democrático, aceitando a questão social operária (como de ordem pública na ponderação perrepista), delimitando o espaço democrático para que nele não coubessem todas as reivindicações liberais, propunha a primazia do direito do voto sobre o de greve, da participação democrática limitada aos ‘grupos ilustrados da burguesia paulista fora do círculo do poder’. (CALECCHI, 1987, p. 178).

Os ideais do PD, que buscavam inserir o grupo que estava fora do poder dentro dele, não objetivavam uma luta armada, mas o cenário foi mudando aos poucos.

> Dentro das normas democráticas, o PD pretendia por fim aos "desmandos oligárquicos e governistas", implantados em São Paulo

> pelo PRP. Entretanto, após as eleições municipais fraudulentas realizadas em 1928, o PD viu-se obrigado a repensar o caminho legalista. Somente em 1930, os democráticos iriam aderir à luta armada sem, no entanto, incorporarem definitivamente o "caminho revolucionário" como estratégia do partido. (MOREIRA, 1989, p.174).

Em luta contra o PRP, o PD se juntou ao grupo da Revolução de 1930, com o objetivo de disputar o poder nas urnas. Assim, para ampliar suas bases eleitorais, fizeram alianças com grupos que pregavam a revolução.

Como vimos anteriormente, a indicação do candidato do PRP à presidência da república desagradou aos mineiros, e como o PD era adversário do PRP, parte da elite paulista que pertencia ao PD apoiou mineiros, gaúchos e paraibanos na formação da Aliança Liberal, que apoiava a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas.

Derrotado nas eleições, parte do PD mostrou-se conformada com o resultado, mas um grupo liderado por Francisco Morato aliou-se às conspirações político-militares do Rio Grande do Sul contra o governo federal, participando ativamente da Revolução de 1930. A ideia era de que, com Vargas no poder, o PD finalmente pudesse ter indicado um governador do Estado do partido.

Logo, o PD se arrependeria do apoio a Vargas, pois este, ao contrário de nomear Francisco Morato na liderança de São Paulo, cedendo a pressões dos militares nomeou o tenente João Alberto como interventor federal em São Paulo, revoltando as lideranças do Partido Democrático que tinham a esperança da indicação de um civil dentro do partido.

O Partido Democrático manifestou-se contrário à indicação dos tenentes João Alberto para a interventoria federal em São Paulo e Miguel Costa para o comando da Força Pública do Estado. Ambos eram incentivadores da Legião Revolucionária (LR), agremiação voltada para a mobilização popular e hostil às antigas forças políticas paulistas.

> Em São Paulo, a inabilidade do governo federal concorreu para a deflagração de uma guerra civil. Negando as pretensões do PD, Getúlio marginalizou a elite paulista, nomeando interventor o tenente João Alberto. O interventor não resistiu às pressões de São Paulo e do interior do próprio governo e demitiu-se em julho de 1931. Outros três interventores se sucederiam no cargo até meados

> de 1932, em uma demonstração da gravidade do chamado caso de São Paulo. (FAUSTO, 2001, pg.190).

Na falta de um acordo com o governo getulista e a revolta com as normas impostas pelo governo provisório, que praticamente anulava a autonomia dos Estados, em fevereiro de 1932, o PD rompeu definitivamente com Vargas e aliou-se com o PRP – antigo adversário e principal polo de poder político do país até a Revolução de 1930 - formando a Frente Única Paulista (FUP). A Frente organizou-se com base em duas bandeiras principais: a defesa da autonomia estadual e a volta do país ao regime constitucional.

> A perda progressiva do controle do Estado paulista, com a interventoria de João Alberto, era tida como uma humilhação e "invasão" de São Paulo. As vozes separatistas ganhavam força na virada da década. Assim, em 1932, como afirma Maria L. Prado, substituiu-se a bandeira da "democracia" pela bandeira 'Tudo por São Paulo'. (MOREIRA, 1989, p. 174).

A união representaria em médio prazo, como aponta Prado (1986), um esvaziamento do PD e sua decadência. Depois da revolução de 32, tornou-se impossível, segundo a autora, uma reorganização do PD, do ponto de vista ideológico.

3 A Revolução Constitucionalista de 32

3.1 A Frente Única Paulista (FUP)

Além de medidas de centralização política, outras se seguiram visando o controle econômico pelo governo central: os estados foram proibidos de contratar empréstimos externos sem autorização do governo federal. O governo impõe, ainda, medidas para controlar os sindicatos e as relações trabalhistas e cria instituições para intervir no setor agrícola como forma de enfraquecer os estados.

Júlio Prestes, o presidente Washington Luís e vários outros apoiadores foram exilados na Europa, e os jornais que apoiavam Júlio Prestes foram destruídos (na época se dizia empastelados), entre eles, os jornais paulistanos Folha de S. Paulo, "A Plateia" e o Correio Paulistano e os jornais cariocas A Noite e O Paiz.

Os vitoriosos de 1930 formavam um grupo bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista político. Se o combate às oligarquias tradicionais era o que se poderia chamar de um objetivo em comum, o mesmo não pode dizer em relação às expectativas dos diferentes atores envolvidos no movimento. Assim, enquanto os setores oligárquicos dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma de poder com um mínimo de transformações, os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político. Os tenentes, por sua vez, defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais; e os setores vinculados ao Partido Democrático (PD) tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais.

As lideranças oligárquicas paulistas do Partido Democrático defendiam o retorno à normalidade por meio de uma Assembleia Constituinte, mas os tenentistas insistiam no modelo ditador para executar as reformas que o país necessitava.

Em janeiro de 1932, os constitucionalistas ganharam muita força com a criação da Frente Única Paulista (FUP), que unia o PD ao Partido Republicano Paulista (PRP), este conservador e contrário à Revolução de 1930. Essas duas correntes políticas, historicamente inimigas, logo começaram a articular, com militares e entidades de classe do patronato paulista, um levante armado contra o governo provisório.

Vargas, por seu lado, procurando contornar a situação, optou pela nomeação de Pedro de Toledo para a interventoria paulista, quase ao mesmo tempo em que apresentava o novo Código Eleitoral (ambas as medidas de fevereiro de 1932) e marcava eleições para 1933 (em maio). Esse recuo, no entanto, não conseguiu estancar a exaltação da FUP e dos paulistas em geral, apesar de o PD, a essa altura, já controlar o secretariado do novo interventor.

Em fevereiro de 1932 a situação se agravou. O PD rompeu com Vargas e seu governo, ao mesmo tempo em que se aproximou dos antigos adversários do PRP, formando a Frente Única Paulista (FUP), que se tornou a porta-voz das reivindicações de reconstitucionalização e de autonomia administrativa para o estado de São Paulo. Mais do que isso, a FUP passou a articular, junto aos meios militares e a algumas das principais entidades de classe do patronato paulista, a preparação de um movimento armado contra o Governo Provisório.

A morte de estudantes em um confronto com forças legais acabou sendo o estopim e criou o que o movimento precisava: mártires.

3.1 O Desenrolar da Revolução

Na noite de 23 de maio de 1932, quatro jovens paulistas foram mortos em uma manifestação de rua: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo. Das iniciais de seus nomes surgiu o MMDC, entidade importante na organização da guerra. O MMDC foi organizado como sociedade secreta em 24 de maio de 1932, tendo sido projetado durante um jantar no Restaurante Posilipo, por Aureliano Leite, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, Paulo Nogueira e Prudente de Moraes Neto, entre outros. Inicialmente, a sociedade foi chamada "Guarda Paulista", mas, depois foi fixada em MMDC, em homenagem aos jovens mortos em 23 de maio. O MMDC foi instalado na Faculdade de Direito e depois transferido para o antigo Fórum, na Rua do Tesouro, e depois para o prédio da Escola de Comércio Álvares Penteado.

Os líderes militares da revolução pertenciam a uma Junta Revolucionária composta de civis e militares. Do lado civil havia Pedro de Toledo (proclamado governador de São Paulo), Francisco Morato (PD) e Pádua Salles (PRP), enquanto os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger [10]são os chefes militares.

Nos meses de junho e julho de 1932, os políticos e as associações da burguesia paulista estavam empenhados na preparação do movimento que visava colocar fim ao que eles consideravam humilhações ao estado de São Paulo, outrora um dos principais do país no que diz respeito à influência no poder, conforme aponta Bezerra (1989, pg.16): "A burguesia paulista sente-se perfeitamente 'unida e coesa' na defesa intransigente de seus interesses, levantando as bandeiras do civismo, do constitucionalismo e da paulistanidade".

Após a eclosão da revolução - antecipada para 9 de julho devido a euforia da população paulista gerada por uma bem desenvolvida propaganda pelos meios de comunicação de massa e por caravanas no interior do estado – os chefes civis e militares buscam explicar as motivações da revolta, conforme explica Bezerra (1989):

> A fim de explicitar as finalidades do movimento armado, os chefes civis e militares lançam um manifesto à nação, a 12 de julho, condenando a ditadura e apontando '... o duplo e fundamental intento de entregar o Governo Federal a uma Junta que, dentro do prazo estritamente indispensável para o preparo e funcionamento da Assembléia Constituinte, leve o país ao regime constitucional, e de

[10] Substituiu o coronel Euclydes de Figueiredo no comando revolucionário

> pôr em vigor imediatamente a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, salvo nos tópicos atinentes ao poder legislativo e outros inconciliáveis com as necessárias prerrogativas do poder supremo, na situação efêmera em que os achamos'. (BEZERRA, 1989, p.18).

A partir de então, São Paulo se une na defesa dessa revolução por meio de articulações que envolviam os dez distritos existentes e dentro dele, cada município com suas lideranças locais. De acordo com Bueno (2005, p. 318), [...] vários setores da sociedade de São Paulo se ergueram na campanha pela constitucionalização do Brasil (embora o lema fosse 'São Paulo, livre, civil e paulista'). A elite paulista, a classe média, os industriais estavam todos unidos pela causa que se transformaria na primeira revolta armada enfrentada pelo governo getulista.

A elite paulista conseguiu influenciar a opinião pública e fazer com que os seus interesses se tornassem os interesses de São Paulo como um todo. Suas tropas foram divididas em quatro frentes:

> [...] pelo Vale do Paraíba, em direção ao Rio de Janeiro [...] pela região da Estada de Ferro Sorocabana, até Itararé e Ribeira de Iguape, para sustar os avanços do exército vindo do sul; pela região de Bauru e Araçatuba, em direção do Mato Grosso; e pela região de Campinas, em direção da divida com Minas Gerais. (BEZERRA, 1989, p.18).

Os revoltosos esperavam a adesão de outros Estados, como o Rio Grande do Sul, o Mato Grosso e Minas Gerais. No entanto, mesmo com as constantes divergências com Getúlio, mineiros e gaúchos não estavam dispostos a entrar em guerra com o homem que tinham ajudado a colocar no poder em 1930. Com isso, após a eclosão do Movimento, Flores da Cunha interventor do Rio Grande do Sul, decidiu apoiar Vargas. Olegário Maciel interventor de Minas aceitou negociar com o poder central e interventores de outros Estados se colocaram ao lado do governo Federal, oferecendo tropas para lutar contra o movimento.

> O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante sobre a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou. Embora a 'guerra paulista' despertasse muita simpatia na classe média carioca,

> ficou militarmente confinada ao território de São Paulo. (FAUSTO, 2001, pg.191).

Sobre a Revolução de 32, cabe destacar que os industriais apoiaram integralmente o movimento, pois havia queixas de que o Governo Federal movia uma guerra tarifária contra a indústria paulista. Os industriais ocuparam papel de destaque na mobilização, pois quase toda a produção dessas indústrias foi militarizada. A oligarquia paulista incentivava ao máximo o entusiasmo da pequena burguesia, ou melhor, do povo paulista. Os apelos eram feitos por categorias profissionais ou por entidades. Não deixando transparecer as diferenças sociais, a campanha de mobilização tinha interesses universais e não se dirigiam às classes.

> O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país e os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais Estados eletrizaram boa parte da população paulista. (FAUSTO, 2001, p. 192).

Os estudantes entusiasmados responderam ao apelo. A participação dos estrangeiros foi muito valorizada, argumentava-se que a sua participação não decorria de interesses materiais, mas se dava em nome da civilização. Aqueles que recusavam a colaborar com a "Revolução" eram considerados inimigos de São Paulo.

Os intelectuais também tiveram presença, onde o caráter da luta se dava entre a elite intelectual (esclarecida) contra os soldados da ditadura. Índios e negros tiveram participação, a classe dominante paulista deixou de lado seus discursos preconceituosos e a presença deles fora enaltecida. Formou-se um batalhão de soldados negros, a Legião Negra, que foi exterminada não restando nem o registro dos nomes dos mortos.

Através de manifestações, panfletos, comícios, jornais e rádio, eram expedidas as mensagens para que todos pegassem em armas pela defesa de São Paulo. A imprensa paulista divulgou a ideologia dominante através das manchetes, editoriais, anúncios, artigos, universalizando seus princípios e os adequando as necessidades suscitadas pelas conturbações políticas e sociais.

> A imprensa escrita se atribui à campanha mais sólida e bem urdida contra os interventores e também à incumbência de forjar argumentos que levam a população a aderir às ideias de democracia, de liberdade, etc, incitando leitores contra o inimigo dos paulistas. Incumbe-se a imprensa ainda de preparar e justificar uma ação bélica, como se esta tivesse sido solicitada pela própria população. E, no transcorrer da luta armada, procura manter elevado o moral da retaguarda e da linha de combate. (BEZERRA, 1990, p.48).

Destacando a espontaneidade das adesões para a luta, procurou-se camuflar o caráter autoritário de apelos: "São Paulo reclama e a nação ordena o alistamento de todos os cidadãos válidos". Aqueles que não participassem da luta espontaneamente estavam sujeitos a serem delatados. Os jornais deram cobertura total ao movimento, anunciava-se o resultado das batalhas vitoriosas excluía-se a publicação de informações sobre as derrotas.

Em 1932 as fotografias já estavam previamente estabelecidas. Dava-se destaque aos heróis que lideravam o movimento e cenas que antecediam os combates. Era uma seleção ideológica que se unia ao discurso aprimorando a construção da memória de 1932 evidenciando a imagem que se queria imortalizar da "Revolução Paulista".

O rádio, o mais recente meio de comunicação na época, também desempenhou um papel importante na mobilização da propaganda ideológica dos revoltosos. Não apenas eles lançaram mão do rádio para a divulgação de suas causas, os seus adversários também, o que provocou apreensões, para que não se ouvissem mensagens da "ditadura". Temia-se que a população ficasse sabendo das derrotas ocultadas. Através do rádio hinos levantavam a moral.

Na mobilização ideológica fez-se reviver o mito das bandeiras, ou seja, o bandeirante foi transformado em símbolo heroico e de vigor e essa visão se revestia de outro significado o de que o bandeirante era todo o paulista que participasse da luta, carregando a bandeira da causa revolucionária, a constitucionalização e a defesa por São Paulo.

A participação da mulher paulista foi um elemento ativo na Revolução de 32, quando as lideranças passaram a discutir o voto feminino. A família e a religião unidas representavam um dos pilares de sustentação do movimento revolucionário. O clero abençoou os filhos das mulheres que iriam para a luta e justificou a legitimidade da luta que partia das massas populares, do povo todo, sem distinção. Os representantes da igreja

apoiaram e defenderam os interesses dominantes em nome do povo, que era a legitimidade da luta, contribuindo no reforço ideológico do movimento.

Os jornais católicos apontavam a "Revolução" como legal, pois ela não se voltava contra o poder constituído pela vontade divina, mas sim, contra o Governo Provisório porque este não queria a Lei Constitucional. Já do outro lado, o clero apoiou Getúlio Vargas e foi contra a "Revolução" de São Paulo. A burguesia fez a campanha do "ouro para o bem de São Paulo", com a justificativa de que era preciso pagar os custos de guerra. Ressaltou-se a importância moral das doações e enfatizou-se a colaboração de ricos e pobres. As alianças, símbolo do casamento, foram doadas sob a benção do clero, enfatizando a família e a igreja no ideário de 1932. O ouro objeto da divisão social transparece como símbolo de unidade social.

Percebemos que a classe dominante paulista fez uso de todos os valores que sustentava sua dominação: a família, a propriedade, a religião, a nacionalidade, a justiça e o homem na sua relação com a natureza. Fundamentos teóricos sobre os quais a burguesia ergueu seu domínio e a preservação desses valores justificava a luta e é em nome deles que se procurou convencer a massa paulista e outros de que valia a pena morrer pela causa.

A Revolução de 1930, feita em nome do Brasil era contra São Paulo, 1932 seria a "Revolução" de São Paulo pelo Brasil. Essa imagem foi amplamente divulgada pelos articuladores do movimento. Os adversários do movimento por outro lado construíram a imagem de uma luta separatista na qual São Paulo se levantava contra a Nação.

Devido a essas disputas a historiografia explicou o movimento de 1932 como um momento de luta entre as oligarquias de São Paulo e o tenentismo, sem levar em conta que a política que vai se definindo nos pós 30 não significava simplesmente a concretização das propostas dos tenentes, mas responde aos interesses de setores da classe dominante em outros Estados. A classe dominante paulista queria recuperar a autonomia de São Paulo, mesmo porque apenas assim seria possível readquirir o controle do Estado.

No projeto dos liberais paulistas, o progresso e a superação do atraso viriam da autonomia e livre iniciativa dos Estados. No projeto do Governo Provisório o Estado era o elemento impulsionador do progresso e por essa razão se defendia a centralização do poder, o regime unitário. Em ambos, o que contava era a superação do atraso e a chegada ao desenvolvimento dando a plena realização do capital.

No entanto, apesar de toda a propaganda e adesão da população paulista, a falta de apoio de outros Estados e os parcos recursos militares fizeram com que os paulistas fossem subjugados pelo poderio do exército de Vargas. Já no final do mês de julho, as frentes

paulistas começam a ceder. Os meses de agosto e setembro também são marcados por derrotas. Em meados de setembro, as condições de São Paulo eram precárias. O interior do estado era invadido paulatinamente pelas tropas de Getúlio Vargas e a capital paulista era ameaçada de ocupação. A economia de São Paulo, asfixiada pelo bloqueio do porto de Santos, sobrevivia de contribuições em ouro feitas por seus cidadãos.

Bezerra (1989, p.20) aponta que "Finalmente é assinada, na cidade de Cruzeiro, a Convenção Militar, a 2 de outubro, pela qual cessam as hostilidades, e São Paulo é tratado como povo vencido". É o fim da revolução: seus líderes foram presos ou deportados.

Atualmente, o dia 9 de julho, que marca o início da Revolução de 1932, é a data cívica mais importante do estado de São Paulo e feriado estadual. Os paulistas consideram a Revolução de 1932 como sendo o maior movimento cívico de sua história. A lei 2.430, de 20 de junho de 2011, inscreveu os nomes de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, o MMDC, heróis paulistas da Revolução Constitucionalista de 1932, no Livro dos Heróis da Pátria.

3.3 O Pós-Guerra

Se, do ponto de vista militar, os paulistas saíram derrotados do movimento de 1932, o mesmo não se pode dizer em relação à política e à economia. São Paulo continuava a ser o principal fornecedor de divisas do país, num quadro de crise econômica mundial e de queda do preço do café no mercado internacional. Pressionado, o Governo Provisório manteve a política de valorização do café, comprando e retendo estoques, além de permitir o reescalonamento das dívidas dos cafeicultores e aceitar bônus de guerra como moeda legal, entre outras medidas.

Em termos políticos, o que se verificou na prática foi o fortalecimento do projeto constituinte, com Vargas reativando a comissão que elaboraria o anteprojeto de Constituição e com a criação de novos partidos para concorrer às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Em São Paulo, o general Waldomiro Castilho de Lima, nomeado governador militar em outubro de 1932, buscava se aproximar do povo paulista tendo em vista a eleição de 1933 e a composição da Assembléia Nacional Constituinte. Mas suas tentativas são frustradas pela vitória nas eleições dos partidos da burguesia paulista. Isso muda o cenário político e dá à elite paulista uma nova forma de se aproximar do poder.

> [...] a vitória estrondosa dos partidos representantes dos interesses da classe dominante paulista nas eleições à Assembléia Nacional Constituinte, no estado de São Paulo, são alguns dos fatores que levam Getúlio Vargas a iniciar uma reaproximação com o grupo dominante de São Paulo. Já em agosto de 1933, é nomeado Armando de Salles Oliveira, um civil paulista, representante da facção mais 'progressista' dos grupos dominantes, para interventor de São Paulo, substituindo o já degastado general Waldomiro Castilho de Lima. (BEZERRA, 1989, p.21).

Mesmo perdendo a guerra, São Paulo conquistara um dos seus objetivos: a formação de uma Assembleia Constituinte e a eleição da classe dominante paulista para a composição desta, com isso e a reaproximação de Getúlio, o Estado voltaria a exercer certa influência no cenário político nacional.

A participação dos políticos paulistas na constituinte e a Constituição promulgada em 1934 apaziguaram os ânimos da burguesia e facilitou a composição com Getúlio. Em 1934, os militares da Revolução de 32 são anistiados pelo governo, também no mesmo ano é fundado o Partido Constitucionalista (PC) e dissolvido o Partido Democrático (PD). O PRP perde terreno e nas eleições indiretas Getúlio Vargas é eleito presidente.

Em meados de 1935, o movimento operário ganha força, aumentam os movimentos grevistas, acontecem prisões, acontece a Intentona Comunista e o clima de tensão é grande. Em 1936, cria-se a Comissão de Repressão ao Comunismo e o Tribunal de Segurança Nacional, até em novembro de 1937, Getúlio Vargas dá novo golpe contra as eleições para presidente, inaugura o Estado Novo e dá origem à ditatura.

CONCLUSÃO

A história da Revolução Constitucionalista de 32 só pode ser compreendida se analisarmos os antecedentes históricos que levaram à elite paulista a organizar o movimento. Ante o exposto no presente trabalho, percebemos que a história da república brasileira passou por vários momentos e que a elite oligárquica paulista, composta principalmente dos fazendeiros cafeicultores, foi uma das principais baluartes não só na organização do movimento republicano como também na consolidação da república durante sua primeira fase.

Nos últimos anos da monarquia já era intensa o movimentação financeira no Estado. As regiões cafeicultoras prosperavam e seus donos almejavam avanços que só seria possível com a queda do sistema monárquico. Organizados como nenhum outro estado, os paulistas conseguiram liderar os movimentos abolicionistas e republicanos e se firmarem como polo de influência do poder na nação.

Com a posse do primeiro presidente civil, um paulista, estava inaugurada a era da política do café do leite e a grande influência das oligarquias senhoriais na vida política do país. Era claro que a intenção não era apenas a prosperidade de São Paulo, mas particularmente a prosperidade da classe dominante composta por essas oligarquias. Nesse sentindo, o PRP liderou em conjunto com o PRM por toda a República Velha, a política econômica nacional.

Percebe-se, com base no levantamento histórico, que o poderio dos republicanos paulistas e mineiros não tinha limites e, ao mesmo tempo em que alavancava os negócios nesses dois estados, deteriorava economicamente os outros estados da nação, gerando revoltas e descontentamento, inclusive internos, conforme observamos com a criação do Partido Democrático. São Paulo é tão forte no cenário político nacional que, de certa forma, trai os compatriotas mineiros na busca da manutenção do poder, fato esse que gera a crise que culminou na revolta de 30 e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

A partir daí, vemos a derrocada paulista no controle da nação, agora dominada por Vargas. A história não remonta claramente se as humilhações pelas quais passam os paulistas são frutos de uma vingança dos getulistas contra o até então predomínio paulista ou apenas um modelo centralizador de governar. Fato é que, antes senhores do próprio estado, com o golpe de 30 o estado de São Paulo deixa de ocupar o protagonismo nos palcos da nação para ser apenas plateia.

É do desagrado gerado pela falta de influência no poder e também pelo regime autoritário que comprometia a independência do Estado, que os principais partidos paulistas, PRP e PD se unem e formam a Frente Única Paulista. Nota-se que, desde seu início, havia por parte das lideranças a necessidade de justificar a revolução e de convencer não só os paulistas, mas todo o Brasil que a luta não era contra o resto do país, mas sim em prol dele, pelo bem na nação como um todo.

Essa tentativa comprova a maneira autoritária e aristocrática presente na ideologia paulista: o Estado é colocado como herói não só do povo paulista, mas como de todo o Brasil, o carro chefe de um movimento que visa constitucionalizar a nação. É como se a próprio estado de São Paulo estivesse se colocando acima dos demais ao ser o único a defender os interesses de todos os brasileiros.

Por esse motivo, ao redor do país, para aqueles que não simpatizavam com a causa, a Revolução Constitucionalista de 32, ou Revolução Paulista, era vista como apenas uma tentativa da retomada do poder perdido pelas oligarquias reacionárias da República Velha, ou seja, um retrocesso.

Embora sob a bandeira da constitucionalização, não podemos negar que as intenções do PRP e do PD com a FUP era a retomada da influência do poder no cenário nacional e a elevação de São Paulo ao status antes ocupado por ele: como o de principal estado da nação brasileira, demonstrando um regionalismo exaltado que gera inclusive boatos de movimento separatista.

Quando fazemos um balanço do movimento armado de 32, verificamos que embora derrotados militarmente, os paulistas tentaram mostrar que sua revolução não foi totalmente infrutífera: prova disso são os resultados das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e a confecção da própria Constituição de 1933.

Até os dias de hoje, os paulistas enaltecem os feitos da Revolução Constitucionalista de 32, mesmo perdendo a guerra, a ideia de que as propostas oriundas da revolução acabam se tornando realidade nos anos seguintes. Os paulistas lamentam a falta de lealdade dos estados que inicialmente seriam a favor da revolução, mas abandonam o movimento logo após sua eclosão, como também os de vários comandantes internos considerados traidores em alguns momentos de luta.

No geral, percebe-se que a intenção da FUP era realmente a tomada do poder no cenário nacional sob a bandeira da constitucionalidade do país. Na memória o que se prega é que “São Paulo perdeu a guerra, mas ganhou a causa”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, H.G. **O jogo do poder: revolução paulista de 32.** São Paulo: Moderna, 1989.

BUENO, E. **Brasil: uma história, a incrível saga de um país.** São Paulo: Ática, 2005.

CASALECCHI, J. E. **O Partido Republicano Paulista.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'ARAUJO, M.C. **A Era Vargas.** São Paulo: Moderna, 1997.

FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil.** São Paulo: Ediusp, 2001.

GARCIA, N.J. **Estado Novo, ideologia e propaganda política,** 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>. Acesso em: 2 nov.2015.

MOREIRA, S.L. São Paulo na primeira república: democracia e oposição liberal. **Revista História**, São Paulo, n.121, p.173-176, ago/dez. 1989.

NOGUEIRA, E.C. **O movimento republicano em Itú. Os fazendeiros do oeste paulista e os pródomos do movimento republicano,** 1954. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/36429/39159. Acesso em 15 nov. 2015.

PANDOLFI, D.C. **Os anos 30: as incertezas do regime,** 2003. Disponível em: < http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2015.

PRADO, M.L. **A Democracia Ilustrada: o partido democrático de São Paulo (1926-1934).** São Paulo: Ática, 1986.